

coluna do **broadcast**

Oi já tem interessados no negócio de fibra ótica

A Oi tem conversado com interessados em arrematar uma fatia da futura empresa de fibra ótica — batizada de InfraCo — que surgirá com a separação e venda de ativos do grupo, anunciada semana passada. A expectativa é que uma oferta seja formalizada ainda este ano, segundo o presidente da tele, Rodrigo Abreu. “Não estamos começando do zero há um processo formal sendo conduzido nos últimos meses por assessores financeiros”, disse. De acordo com Abreu, o número de interessados é “alto”. Embora não cite nomes, ele diz que há liquidez e apetite por ativos de infraestrutura e telecomunicações por parte de investidores globais, como fundos soberanos, de pensão e private equity (de investimento em empresas). Rivais da área não entraram na disputa, ao menos por enquanto.



PAULO LEBREZ/ESTADÃO/REUTERS

Restaurante. O novo plano da Oi prevê a venda de redes móveis, torres e data centers para pagar dívida e sustentar investimentos. Assim, a InfraCo será sua principal unidade de negócios. Ela atuará como subsidiária voltada à oferta de infraestrutura e serviços de fibra ótica. A Oi será sócia, mas venderá de 25% a 50% do capital, o que poderá lhe render, no mínimo, R\$ 6,5 bilhões, de acordo com cálculos da própria tele.

Projeção. A InfraCo tem potencial para dar lucro a partir de 2022, segundo laudo da consultoria E&Y feito sob encomenda da Oi, sob as premissas do novo plano de negócios. A estimativa é de prejuízo de R\$ 261 milhões para 2021, e lucro de R\$ 111 milhões em 2022, até superar o patamar de R\$ 1 bilhão a partir de 2025. A unidade demandará investimentos de R\$ 18,6 bilhões entre 2021 e 2024.

Fora da fábrica. Sem sofrer com a crise, a fabricante de ferramentas motorizadas Stihl acaba de inaugurar um centro de distribuição de 8 mil m² em Jundiá. A unidade recebeu investimentos de R\$ 14 milhões e vai diminuir em 60% o tempo de entrega dos produtos para São Paulo e 35% em outras regiões. O proje-

to teve apoio da agência InvestSP.

Milagre. Os principais clientes no agronegócio, a Stihl cresceu 22,5% em termos de receita bruta entre janeiro e maio. Com o resultado positivo e a maior demanda, a Stihl contratou 100 funcionários para linha de produção e avalia novas contratações.



DEIDELSON CARVALHO/STIHL

Tanque cheio. Apesar de prever recuperação na demanda por petróleo no segundo semestre, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) diz que o impacto da pandemia no setor de óleo e gás se estenderá até o fim de 2021. Segundo o instituto, em um cenário otimista, o preço do barril de petróleo leve varia de US\$ 60 a US\$ 70, e o consumo, cair menos de 6%. Sem a articulação de produtores,

porém, haveria queda na cotação para US\$ 20 a US\$ 40, com redução superior a 10% no consumo. A perspectiva pode elevar os estoques mundiais à capacidade máxima até 2022.

Devo... Os acordos para renegociação de dívidas devem seguir aquecidos no segundo semestre, mas os pagamentos ser menos honrados. Essa é a expectativa de Dilson Sá, CEO da plataforma de renegociação e pagamento de dívidas Acordo Certo. O fim de alguns programas de socorro para a pandemia estão entre os fatores que diminuirão a possibilidade de cumprimento dos acordos. A plataforma levantou o patamar a 5 mil pessoas que 43% acham que não conseguirão pagar dívidas e 26% afirmam que o farão depois do prazo.

Antenado. Com o tema ambiental, social e de governança em alta, o BTG Pactual se tornou membro da Global Impact Investing Network. O banco se torna, assim, o primeiro da área no País a aderir ao grupo de 300 signatários, que gerenciam mais de US\$ 400 bilhões em investimentos de impacto, o que busca resultado socioambiental mensurável.

Ar livre. As vendas das lojas de pequeno e médio porte tem se recuperado mais rapidamente no comércio de rua do que nos shopping centers. Após a reabertura, as vendas das lojas de rua têm ficado entre 35% e 40% do período pré-covid. Já nos shoppings, o patamar tem sido entre 15% e 20%. Os dados são da Associação Brasileira dos Lojistas Satélites (Ablos).



NELTON PEREIRA/ESTADÃO - 28/9/2020

Controlo. Os shoppings têm operado com 20% do fluxo de visitantes, além de funcionarem por 4, 6 ou 8 horas diárias. Isso explica o ritmo mais fraco das vendas, segundo o presidente da Ablos, Tito Bessa Junior. Já nas ruas, não há controle do fluxo. A Ablos tem pleiteado junto a shoppings que o valor do aluguel após a reabertura dos estabelecimentos seja proporcional ao faturamento com as vendas.

CIRCE BONATELLI, CYNTHIA DECLÓDI, CRISTIANE BARREI, FERNANDA NUNES E FERNANDA GUIMARÃES



MONICA DE BOLLE ESCREVE ÀS QUARTAS-FEIRAS

O maior dos descasos

Brasil ultrapassou os 50 mil óbitos causados pelo SARS-CoV-2, o vírus responsável pela síndrome denominada covid-19, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com os modelos epidemiológicos mais apurados, é provável que o Brasil alcance a terrível marca dos 100 mil óbitos até meados de julho. Em meio a tantas mortes, tantas pessoas sofrendo nos hospitais, tantas famílias desestruturadas, testemunhamos a indiferença de boa parte da população brasileira. Com a “reabertura”, festeja-se o retorno aos shopping centers, aos restaurantes, às academias. Festeja-se as aglomerações, os churrascos, a volta da “vida normal”. Espantada falta de percepção de que a vida está e seguirá longe do normal.

A vida não está, nem deveria estar normal, em primeiro lugar, porque os mortos pela covid-19 se somam dia após dia. A comólio que o País sentiu pelos milhares e pelos espanhóis parece passar logo, e os olhos se fecham de muitos brasileiros, agora que morrem seus concidadãos. Em segundo, há um vírus letal e altamente imprevisível em circulação. Esse vírus pode não causar sintoma algum, pode causar sintomas leves, pode levar o paciente a ser entubado, pode levar à morte. Esse vírus, como mostram estudos, pode se alojar nos pulmões, no sistema vascular, nas artérias, no sistema neurológico. Pode deixar sequelas severas. Mas, no Brasil atual, o caso se não existe-se. A vida segue como se as pessoas por ele vitimadas fossem apenas números que se computam todos os dias: sua morte não modifica o presente, nem se nota no governo federal ou em parte da sociedade brasileira qualquer intenção de responder a crise humanitária que assola o País.

Desde o início dessa pandemia — e sobretudo desde que chegou ao Brasil — tenho dito que a economia permanecerá confinada pelo vírus enquanto ele estiver em circulação. Em artigos para esse espaço e nas transmissões diárias registradas em vídeo que tenho feito há três meses no meu canal do YouTube tenho insistido que, independentemente de medidas sanitárias, o que afeta a economia é o vírus. Isso significa que não haverá normalidade econômica com as pessoas morrendo aos milhares, e é importante que essa impossibilidade fique clara. Os restaurantes cheios, os shopping centers cheios, todos esses estabelecimentos, que são foco de contágio e de disseminação da epidemia, sofreram as consequências do descontrole da doença. Muitos talvez venham a fechar as portas novamente antes mesmo de terem recuperado perdas decorrentes do fechamento anterior. Os trabalhadores precarizados e mais sujeitos ao contágio talvez sejam infectados, talvez percam qualquer possibilidade de subsistência. Dena-

da adianta fingir que o vírus não existe. Ele está e em breve chegará a uma pessoa próxima de cada um, pois essa é sua natureza.

Enquanto se abraça o descaso, enquanto alguns são embalados pela ilusão de uma volta à normalidade perdida, o governo brasileiro aproveita o ensejo para anunciar o fim do auxílio emergencial. De tudo o que se fez e não se fez no Brasil ao longo dos últimos meses, a única medida realmente adequada e relevante que se adotou foi o auxílio emergencial, apesar de sua péssima implementação pelo governo federal. Removê-lo no meio de uma epidemia que continuará a matar, a destruir famílias, a fomentar o medo e a insegurança é uma aposta em infundir medo. Não me parece despropositado entender que hoje, o fiscalismo excessivo — o zelo pelas contas públicas nesse momento inédito, o dogma do teto de gastos — abajado por alguns economistas mata.

O auxílio emergencial e o deslocamento da renda básica da cidadania para o centro do debate público revelam que a aversão ao gasto não deve ser comum a nós todos: o direito à vida digna, a inclusão na democracia, a igualdade de voz na política. Eles também revelam, no entanto, que isso que nos deve ser comum, a experiência da cidadania depende de condições materiais. O auxílio emergencial e a renda básica nos unem como sociedade, algo que ameaça qualquer governo que só consegue se sustentar provocando divisões e tensões. Não é hora de acabar com o auxílio emergencial. Também há risco em tomar a causa da renda básica, cujo interesse é transversal à sociedade, uma plataforma a partir da qual generalizar outras lutas, ainda que justas e urgentes. A renda básica terá efeitos sobre injustas históricas que têm sido articuladas em termos de diferenças, mas ela não é sobre diferenças. Pelo contrário: a melhor forma de se construir renda básica ao público é a partir daquilo que temos em comum: o direito à cidadania.

* ECONOMISTA, PESQUISADORA DO PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS E PROFESSORA DA SAIS, JOHNS HOPKINS UNIVERSITY

Editorial Econômico

Desafios à liderança do agronegócio

Enquanto o PIB despenca, o agro sobe. A safra de grãos caminha para um recorde e o crescimento nas exportações deve garantir a segurança da balança comercial. Mas, ante águas revoltas, o agronegócio precisa robustecer a equi-

pagem e firmar o prumo para navegar com força total.

Como advertiu ao *Estadão Broadcast* Maurício Moraes, da PwC Brasil, o aumento do dólar favorece o setor, uma vez que as exportações superam as importações. Mas é importante que as empresas trabalhem com políticas de risco cambial, já que entre a data da importação de insumos e a da exportação dos produtos pode haver oscilações bruscas.

E preciso, ainda, acompanhar as mudanças nos hábitos de consumo. Ninguém deixará de se alimentar,

mas a recessão pode levar o mercado a migrar para produtos mais baratos. As medidas de isolamento social também podem impactar a venda de alimentos perecíveis de difícil armazenagem, assim como a queda do petróleo afeta matérias-primas do etanol como cana e milho.

A China segue sendo o grande comprador, tanto mais que o seu déficit nas carnes suína e bovina deve se manter. Mas, para sua segurança alimentar, o país está implementando políticas agrícolas às quais os produtores brasileiros precisam ficar atentos.

Domesticamente, o agronegócio precisa fazer valer sua importância estratégica e aproveitar que o Ministério da Infraestrutura reúne quadros técnicos e competentes para pleitear reformas em setores com custos altos e defasados. Estradas ruins e portos ineficientes são um entrave histórico à competitividade do agronegócio.

São necessárias estratégias para enfrentar medidas protecionistas que grassam no mundo. Em nome de sua guerrilha ideológica, porém, o presidente e seus apoiadores não perdem uma oportunidade de vituperar as au-

tas ambientais ou o suposto projeto “globalista” da China. Eventuais apoios assim conquistados são pagos com a desconfinação dos investidores estrangeiros, e a negligência ante as reformas ambientais dá um pretexto ao pretexto para advogar boicotes.

O agro precisa se mobilizar para conter os efeitos danosos de atos irresponsáveis do governo e exigir políticas ambientais comprometidas. Sua dupla missão de gerar empregos no Brasil e alimentar o mundo é importante demais para ficar à mercê do projeto de poder de Jair Bolsonaro.

broadcast mercados

Table with market indicators: Moedas e Commodities, Índice S&P 500, Dólar, etc.

Table with market indicators: Inflação (%), Índice de preços ao consumidor, etc.

Table with market indicators: INSS - Competência (Linha), Trabalhador assalariado e doméstico, etc.

Table with market indicators: Agrícolas - Mercado Futuro, Moedas e Commodities, etc.

Table with market indicators: Agrícolas - Mercado Físico, Moedas e Commodities, etc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP ATOS DE LICITAÇÃO... Pregão nº 140/2020 - Eletrônico - Processo Administrativo nº P/MC.2000.0004726.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA SUROCCABANA... Estatuto de Associação - Associação Sertão Ferroviária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP ATOS DE LICITAÇÃO... Pregão nº 141/2020 - Eletrônico - Processo Administrativo: P/MC.2019.0004955-0.